

Terceirização, sofrimento no trabalho e memória social

Leny Sato

[Doutora em Psicologia Social. Professora do Instituto de Psicologia/USP - Universidade de São Paulo]

As formas de violência psicológica no trabalho têm assumido diversas expressões, bem como vitimado trabalhadoras e trabalhadores de muitos segmentos ocupacionais em diversos países. No caso do Brasil, denúncias têm sido feitas por sindicatos de trabalhadores, por serviços públicos, por pesquisadores e profissionais do campo da Saúde do Trabalhador.

Graças a estas iniciativas, temos tido conhecimento da adoção de formas de violência mais bizarras e de outras mais sutis. Por sua vez, as suas repercussões para a saúde mental têm levado trabalhadores/as a buscarem ajuda psicológica e psiquiátrica.

Apresentarei, a seguir, alguns elementos para refletirmos sobre como a terceirização e as estratégias gerenciais adotadas para implementá-la podem se constituir numa forma de violência psicológica, para além do risco de desemprego (para os que serão substituídos pela empresa terceira) e de precarização das condições de trabalho (principalmente para os trabalhadores terceirizados), como já bastante conhecido.

Foram os trabalhadores do setor de manutenção de uma instituição pública de ensino que nos mostraram como o processo de terceirização se constitui em violência psicológica, levando ao sofrimento. Isso ocorreu por ocasião de assessoria em Saúde do Trabalhador prestada ao sindicato da categoria por um grupo do qual fiz parte. Este setor realiza diversos serviços de manutenção, dentre os quais os de construção civil e de jardinagem, e vem sendo progressivamente depauperado, tanto em termos de número de empregados, como em termos de condições de infra-estrutura material (máquinas, equipamentos e insumos).

A política adotada por grupos gestores que seguidamente assumiram a direção da instituição tem sido a de definir este setor, concomitantemente à contratação de serviços de terceiros. Assim, por inanição, o setor vai, progressivamente, sendo extinto.

Nessa instituição mesmo as pessoas contratadas pela CLT têm uma certa estabilidade no emprego, motivo pelo qual o sofrimento vivido não está associado à ameaça de desemprego. Durante o curso desta assessoria, trabalhadores/as nos mostraram que ele estava ligado ao desprezo e à falta de reconhecimento sobre a relevância do trabalho que eles realizam e do conhecimento que construíram.

Afinal, perguntavam-se eles: se o trabalho que nós fazíamos pode ser executado por trabalhadores com menos experiência e menor qualificação que nós - os terceirizados -, então, qual o valor social de nosso trabalho? O que significaram todos estes anos de trabalho nessa instituição?

Ao testemunharem o processo de desmonte do setor de manutenção, os trabalhadores veem-se interrogados sobre a própria trajetória de trabalho: sobre o seu valor social e sua importância em termos de identidade pessoal.

Note-se que para muitos deles, a vida como adultos se confunde com a vida como trabalhadores nessa instituição.

Afinal, a formação e a socialização como trabalhadores se deram neste emprego; os valores, a ética do trabalho e o sentido de pertencimento a um coletivo de trabalhadores foram construídos com os colegas de trabalho desta instituição. Há pessoas que começaram trabalhar lá e também lá se aposentaram (ou se aposentarão). Também foi ali que o saber sobre o trabalho foi erigido, alicerçado nos fazeres cotidianos, em conversas e negociações sobre os diversos modos para realizar as atividades (escolhas organizacionais, nos termos da escola sociotécnica).

Também nesse âmbito, criaram os arranjos em resposta aos desafios que a realidade de trabalho lhes apresentava. Planejamento, execução e replanejamentos contínuos são parte do cotidiano de trabalho. Para enfrentarem os desafios do dia-a-dia é importante que os trabalhadores contem com estabilidade no emprego (garantia de permanência do mundo) e detenham algum grau de controle no trabalho (a fim de desenvolverem a atividade segundo seus próprios critérios de possibilidade). Nestas condições, eles têm melhores recursos para inventarem modos de executar o trabalho, de utilizarem os recursos e de aprimorarem a qualidade do trabalho, dando corpo e forma à *expertise* coletiva. Tudo isso constitui a história do trabalho de cada um deles, misturando-se à história da profissão, do próprio setor e da própria instituição. Os trabalhadores terceirizados, ao contrário, não têm tais condições. As conversas que tivemos com os trabalhadores do setor de manutenção mostrou-nos que eles, espontaneamente, rememoravam e conversavam sobre o passado, inclusive trazendo fotos que eles haviam tirado há muitos anos atrás, quando nem sequer se pensava em terceirização. O apoio nas imagens dava materialidade às cenas e episódios que testemunharam e protagonizaram, ao mesmo tempo em que estimulava o desenrolar das conversas. Desta forma, a memória social espontaneamente trabalhada, os ajudava a lidar com o sofrimento ligado ao esfarelamento do valor social que o trabalho daquele coletivo tivera no passado, resgatando o valor social e identidade dos trabalhadores.

Essa atividade de “intervenção-pesquisante”, conduzida segundo os princípios da pesquisa-participante - como nos ensinou Paulo Freire -, mostrou-nos que a memória social é importante recurso terapêutico e político para lidar com o sofrimento advindo da violência psicológica no trabalho. Conforme Ecléa Bosi, a memória é trabalho, e é um trabalho de resistência que permite, a partir do passado, enfrentar o futuro. Com isto, buscou-se assegurar o valor social do trabalho e a identidade pessoal no contexto da terceirização do setor de manutenção. ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.